

• Política *Auc*

ENCONTRO DE FLORIANÓPOLIS

Governadores apóiam reforma tributária proposta por Cabral

por Riomar Trindade
de Florianópolis

A defesa intransigente da reforma tributária, conforme previsto no anteprojeto do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, teve apoio unânime dos nove governadores do PMDB, das regiões Sul e Sudeste, reunidos no hotel Castelmar, em Florianópolis, na sexta-feira. O relatório de Cabral incorporou a proposta da Comissão de Tributação e Orçamento, favorável aos estados e municípios à medida que promove uma descentralização dos recursos tributários, transferindo parcela substancial da receita hoje concentrada no âmbito da União.

Na próxima quarta-feira, dia 10, já como resultado dessa decisão, os secretários estaduais de Fazenda de todos os estados estarão em Brasília para uma reunião com Bernardo Cabral, numa manifestação política de apoio à manutenção da proposta de reforma tributária inserida no Anteprojeto de Constituição, informou o governador catarinense, Pedro Ivo, ao final da reunião. Além do anfitrião, participaram do encontro os governadores Pedro Simon (RS), Alvaro Dias (PR), Orestes Quércia (SP), Moreira Franco (RJ), Max Mauro (ES), Newton Cardoso (MG), Marcelo Miranda (MS) e José Aparecido (DF). O governador goiano, Henrique Santillo, foi representado pelo secretário da Fazenda, Nilson Teixeira.

Ao centrarem a ênfase do debate em torno da reforma tributária, os governadores contornaram uma questão política importante: as críticas às decisões do governo federal de redução do déficit público mediante o corte dos investimentos sociais, penalizando os estados e municípios, uma estratégia que foi condenada com veemência, no início da semana passada, tanto pelo fluminense Moreira Franco quanto pelo mineiro Newton Cardoso. O paulista Orestes Quércia observou a este jornal que uma avaliação mais detalhada das medidas tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) mostra que os projetos já aprovados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Caixa Econômica Federal (CEF) não serão afetados.

Moreira Franco — que havia interpretado a decisão de conter os gastos estaduais neste segundo semestre como “uma questão de natureza ideológica”, alertando que o enfraquecimento do poder público “enfraquece o instrumento de distribuição de rendas públicas e de promoção social” —, após conversar por telefone com o presidente José Sarney, compareceu à reunião disposto a não fomentar a polêmica. “Para atuar mais como ‘bombeiro’”, conforme confidenciou a um assessor.

Ficou evidente, porém, que a presença do governador José Aparecido — político da confiança do presidente Sarney e cuja participação na reunião não estava inicialmente prevista — contribuiu para conter as críticas ao governo federal. De acordo com o relato de um participante da reunião, a única autoridade criticada nominalmente foi o presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, considerado “arrogante” por Newton Cardoso, com plena concordância de Orestes Quércia.

Com o peso de representarem 82,8% do Produto Interno Bruto (PIB) e concentrarem 68,6% do eleitorado brasileiro (dados de abril do ano passado), os dez estados presentes ao encontro de Florianópolis decidiram propor ao governo que a vigência dos fundos de participação dos estados seja a partir de 1º de janeiro, ficando para 1º de junho a elaboração das leis complementares. Decidiram também sugerir ao presidente da República que encaminhe anteprojeto de resolução ao Senado instituindo mecanismos que facilitem a rolagem das dívidas estaduais. Os governadores, atendendo à sugestão do gaúcho Pedro Simon, também vão pleitear a inclusão de um artigo na Constituição que permita aos estados fazerem uma profunda reforma administrativa.

Os governadores também preferiram não polemizar com relação ao sistema de governo, seguindo a decisão da última convenção do PMDB, que definiu a Assembléia Nacional Constituinte como fórum adequado para tratar do assunto. Moreira Franco, porém, mantém sua proposta de plebiscito em 1988, caso a Constituinte decida-se pelo parlamentarismo.